

03037-2010-025-09-00-7 – 3ª. TURMA

Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR

Publicado no DEJT em 04-09-2012

PRESCRIÇÃO - CAUSA DE PEDIR - FATOS OCORRIDOS A MAIS DE CINCO ANOS DA PROPOSITURA DA DEMANDA - IMPOSSIBILIDADE DA DISCUSSÃO ACERCA DA LEGALIDADE DOS ATOS. Trantando de Ação Civil Pública na qual se pretende a condenação do réu à obrigação de não-fazer, a pretensão formulada é de tutela jurídica cujos efeitos se manifestarão no futuro, impedindo a declaração da prescrição e a extinção do feito. De outro lado, sendo a causa de pedir próxima constituída de fatos ocorridos há mais de cinco anos, está prescrita a possibilidade de investigação da legalidade dos atos, eis que já envolvidos pelo manto prescricional (artigo 7º, XXIX, da CF), de modo que não se verifica o justificado receio de prática, repetição ou continuação de ato ilícito, ensejador do acolhimento da pretensão inibitória. Inexistindo qualquer outra causa de pedir, improcede a ação. Recurso do Ministério Público do Trabalho que não se acolhe, recurso do réu parcialmente acolhido.